



Pós-Graduação

Prática em Direito Público

18 meses

Presencial

Direito é aqui



Apresentação do curso

O Direito Público mostra-se como um dos ramos das ciências jurídicas mais relevantes do ponto de vista social, posto que cuida das relações entre o Estado e o particular e trata das normas relacionadas ao controle da atuação estatal, sua relevância para o Direito amplia a demanda por cursos, que possam subsidiar tanto a advocacia qualificada quanto a preparação para carreiras públicas.

A Pós-graduação Prática em Direito Público vem oportunizar o debate acadêmico e profissional sobre os principais assuntos relacionados à organização do Estado brasileiro, considerando a importância deste ramo do Direito e o cenário atual da administração pública, com as mudanças recentes na gestão pública e o interesse geral nos atos dos gestores no país. Há uma crescente demanda por cursos que tenham seu foco no aprendizado rápido e contextualizado com a prática do Direito Público.

Diante deste cenário, o IGD oferta uma Pós-graduação inovadora, com um corpo docente de excelência, composto por profissionais de renome nacional e um conteúdo completo, que será ministrado a partir de uma metodologia dinâmica, que conduz ao aprendizado prático-profissional dos conteúdos relacionados ao Direito Público.



Metodologia

Pós-Graduação

A Pós-graduação do IGD é exemplo de inovação e traz a prática aos profissionais de direito. São cursos que, entregam mais que o conteúdo programático, apresentando aos alunos novas possibilidades, formas de ver o mercado de trabalho e suas interações, através do desenvolvimento de habilidades que vão muito além do saber jurídico.

Nesta Pós-Graduação, o Direito é estudado a partir de uma visão sistêmica e com foco na prática jurídica, conectando o estudante à juristas renomados e com uma ampla experiência de mercado. Isso fomenta o empreendedorismo e a empregabilidade a partir de um ecossistema jurídico, desenvolvendo um aprendizado significativo através de conteúdos, que propiciem as habilidades que se espera do profissional do futuro.



O curso é ofertado na modalidade presencial com encontros mensais (máximo dois encontros mês) as sextas e sábados. Para a obtenção do certificado de pós-graduação lato sensu é necessário que o(a) aluno(a) tenha frequentado, em percentual mínimo de 75% da carga horária de cada módulo e que tenha nota mínima 7,0 nas respectivas avaliações de aprendizagem.

As aulas na sexta-feira acontecem das 19h às 22h e no sábado das 08h às 12h30 e 14h às 17h. O curso tem duração de 18 meses, com acréscimo do prazo para desenvolvimento do TCC, caso o (a) aluno(a) opte por cursá-lo.



Matriz curricular atualizada focada nos principais pontos do direito, com ênfase na Prática Jurídica.



Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) optativo, inclusive, atendendo às exigências para prova de títulos nos principais concursos do país.



Corpo docente de renome, com professores mestres, doutores e profissionais atuantes no direito, reconhecidos em âmbito nacional.



Módulos para aperfeiçoamento de carreira e desenvolvimento pessoal: Português Jurídico; Compliance e LGPD; Posicionamento Digital e Gestão de Escritório.



Aulas com enfoque totalmente voltada à prática, permeadas por estudo de caso e debates orientados, privilegiando a participação do estudante no processo de aprendizagem.



Biblioteca Digital a disposição do aluno durante todo o curso.

Por que escolher o IGD?

- ◆ Instituição especializada no ensino jurídico devidamente credenciada ao MEC, garantindo assim a certificação dos concluintes deste curso.
- ◆ O IGD se destaca com seu ensino de qualidade, envolvendo as questões humanísticas, tecnológicas, ambientais e sociais, dentro de uma visão ampla, inclusiva e ética.
- ◆ Corpo docente de excelência, composto por membros do judiciário, advogados atuantes, autores de grande relevância para o estudo do Direito, todos com ampla experiência na docência superior.
- ◆ Infraestrutura física e tecnológica de excelência, que sustenta a metodologia do ensino híbrido e cursos EAD, incluindo aulas ao vivo.
- ◆ Transforma suas habilidades em diferenciais competitivos. Tenha uma experiência IGD.

Estrutura curricular

Módulos obrigatórios

360 horas

- ▶ Jurisdição Constitucional I
- ▶ Teoria da Constituição
 - Direitos e Garantias Fundamentais
- ▶ Jurisdição Constitucional II
- ▶ Organização Político-Administrativa
- ▶ Entidades da Administração Direta
- ▶ Agentes Públicos
- ▶ Responsabilidade Civil do Estado / Improbidade Administrativa
- ▶ Teoria dos Poderes
- ▶ Poder Judiciário
- ▶ Licitações e Contratos Administrativos
- ▶ Serviços Públicos
- ▶ Desapropriação e Procedimento Administrativo Judicial
- ▶ Sistema Tributário Nacional
- ▶ Fato Gerador, Obrigação Tributária, Lançamento e Crédito Tributário – Aspectos Gerais e Introdutório
- ▶ Custeio da Seguridade Social: Sistema de Financiamento, Contribuições, Isenções Remissão e Anistia
- ▶ Previdência Social, Elementos, Benefícios e Prescrição
- ▶ A Fazenda Pública em Juízo

Módulos optativos

100 horas

- ▶ Português Jurídico (Optativo)
- ▶ Posicionamento Digital (Optativo)
- ▶ Gestão de Escritório (Optativo)
- ▶ Compliance e LGPD (Optativo)
- ▶ Trabalho de Conclusão de Curso (Optativo)

Carga horária total com optativa



460 horas

Conteúdo

Módulos Jurídicos

Jurisdição Constitucional I

A Constituição e a Defesa da Supremacia Constitucional. Antecedentes históricos e evolução da jurisdição constitucional e do controle de constitucionalidade no Direito comparado e no Direito brasileiro. A legitimidade da jurisdição constitucional. Tipos de inconstitucionalidade e manifestações de controle de constitucionalidade.

Teoria da Constituição

Direito Constitucional na Ciência do Direito. O Estado e a Constituição. Movimentos constitucionais e constitucionalismo. Constituição e seus múltiplos significados. Poder Constituinte. Reforma constitucional. Norma Constitucional e sua eficácia. Hermenêutica Constitucional. Princípios Constitucionais. História Constitucional brasileira.

Direitos e Garantias Fundamentais

Direitos fundamentais. Teoria dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais na Constituição do Brasil. Direitos fundamentais em espécie. Jurisdição constitucional dos direitos fundamentais. Descrição, análise e crítica das decisões do STF.

Jurisdição Constitucional II

O garantismo e do ativismo judicial no Brasil. A jurisdição constitucional à luz dos princípios e reflexões sobre o papel da interpretação constitucional. O controle de constitucionalidade nos principais institutos correlatos. Análise das ações de constitucionalidade previstas na ordem constitucional brasileira.

Organização Político-Administrativa

Organização do Estado brasileiro. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das instituições democráticas. O Federalismo Brasileiro.

Licitações e Contratos Administrativos

Licitação; Contrato Administrativo; Teoria Geral do Contrato. Convênios Administrativos. Execução do contrato administrativo: princípios e aplicabilidade. Noções de mutabilidade e equilíbrio financeiro. Teorias do Fato do Príncipe e da Imprevisão no âmbito da Administração Pública. Extinção do contrato administrativo. Modalidades dos contratos administrativos em espécie.

Entidades da Administração Direta

A organização administrativa. Centralização e descentralização e diferenciação entre descentralização e desconcentração. Administração direta e indireta. Estrutura da organização direta, órgãos públicos e suas competências, a classificação dos órgãos.

Teoria dos Poderes

A Separação de Poderes no Brasil e seu histórico no Direito comparado. As funções do estado e o sistema de freios e contra pesos. Estrutura e organização dos poderes. Poder Executivo e Poder Legislativo. CPI, impeachment, imunidade parlamentar, atribuições do presidente, Processo Legislativo.

Poder Judiciário

O Poder Judiciário Brasileiro. A organização Judiciária. A Magistratura Nacional. O Conselho Nacional de Justiça. O Supremo Tribunal Federal. O Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Federal. A Justiça Federal. A Justiça Comum Estadual Justças Especiais Individualizadas. O Ministério Público Brasileiro. Advocacia, Defensoria Pública e Advocacia Pública.

Agentes Públicos

A Classificação dos Agentes Públicos. As Formas de Provimento. Os regimes estatutário ou celetista. Proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicos. Os Direitos, Deveres e Responsabilidades dos Agentes Públicos.

Responsabilidade Civil do Estado/Improbidade Administrativa

Responsabilidade contratual e extracontratual do Estado. Responsabilidade civil e as funções do estado. A responsabilidade contratual e extracontratual na legislação brasileira. A responsabilidade do agente e o direito a ação de regresso. Aspectos atuais da lei de improbidade administrativa.

Serviços Públicos

Serviços públicos, formas de prestação do serviço público. Concessão de serviços públicos e Parcerias Público Privadas. Permissão e autorização de serviços públicos. Consórcios públicos.

Desapropriação e Procedimento Administrativo Judicial

Desapropriação. Fundamentação legal e requisitos da desapropriação. A função social da propriedade. Espécies de Desapropriação. As fases da desapropriação. Procedimento Judicial

- ação de desapropriação, juros, Correção monetária, honorários advocatícios. Indenização. Desapropriação Indireta. Desapropriação por zona. Direito de Extensão. Retrocessão e Tredestinação.

Sistema Tributário Nacional

Direito tributário. Poder de tributar e competência tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios constitucionais tributários. Conceito jurídico-econômico de tributo. Espécies tributárias. A relação jurídico-econômica-tributária. Fontes do direito tributário. Aspectos gerais de interpretação, aplicação e integração das normas tributárias. Imunidades Tributárias.

Fato Gerador, Obrigação Tributária, Lançamento e Crédito Tributário – Aspectos Gerais e Introdutório

A regra da matriz de incidência tributária. Hipótese de incidência tributária. O consequente da norma tributária. Obrigação Tributária. Evasão, Elisão e Elusão Fiscal. Obrigação Tributária. Evasão, Elisão e Elusão Fiscal. Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário.

Custeio da Seguridade Social: Sistema de Financiamento, Contribuições, Isenções, Remissão e Anistia

Financiamento da Seguridade Social. Sistema Contributivo. Contribuições Sociais. Salário de contribuição. Contribuições para Previdência Social. Contribuições do trabalhador e dos demais segurados da previdência social. Contribuições do empregador, da empresa e entidade equiparada. Receita de concursos de prognósticos. Contribuições do importador de bens ou serviços do exterior gerais de arrecadação. Isenção de contribuição. Remissão e Anistia.

Previdência Social, Elementos, Benefícios e Prescrição

Seguridade Social no Brasil. Previdência Social. Beneficiários e Contribuintes da Previdência Social. Regimes de Previdência Social. Benefícios da Previdência Social. Espécies de Benefícios e serviços previdenciários. Habilitação, Suspensão e Cancelamento de Benefícios. Prescrição e decadência em matéria previdenciária.

A Fazenda Pública em Juízo

A Fazenda Pública no Direito Processual. A Fazenda Pública enquanto sujeito do processo. Da Competência processual. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública. Prescrição. honorários, depósitos judiciais, custas e multas. Da Intervenção anômala. Da denúncia da

lide pela Fazenda Pública. Reexame necessário. A Fazenda Pública e as cautelares e liminares. Cumprimento de Sentença. Execução Contra a Fazenda Pública. Execução Fiscal. Fazenda Pública e as ações em espécie. Procedimentos Especiais. Poder Público e o Direito Sumulado.

Conteúdo

Módulos Comuns aos Cursos

Português Jurídico

Tópicos gerais de gramática. o estudo do vocabulário jurídico. Técnicas de redação: desenvolvimento do parágrafo, os principais recursos argumentativos.

Posicionamento Digital

Introdução ao Marketing. Noções de comunicação. Posicionamento Digital. Posicionamento Vs Área de Atuação. Marketing de conteúdo (permission marketing). Persona. Mapeamento de Persona. Títulos (headline). Copywriting. Estrutura PAS.

Gestão de Escritórios

Gestão de negócios: Gestão de Projetos. Gestão de Tempo e de agenda. Ferramentas eletrônicas para Gestão. Gestão estratégica de pessoas. Desenvolvendo relacionamentos e rede de parceiros. Gestão de Contratações. Gestão financeira sustentável: gestão de custos e Captação de Recursos. Direito Tributário e Societário aplicado aos serviços jurídicos: Direito tributário - planejamento tributário aplicável escritórios de advocacia e organizações que prestam serviços jurídicos. Direito societário: planejamento sucessório, constituição de holdings e acordos de sócios quotistas. Governança Corporativa.

Compliance e LGPD

Criação de um programa de Compliance: Comprometimento da diretoria. Criação de padrões, procedimentos e controles. Treinamento efetivo e comunicação. Avaliação, monitoramento e auditoria. Execução, incentivos e disciplina. Devido cuidado na delegação de responsabilidades. Melhoria contínua: Fiscalização e Monitoramento. Compliance e os Conflitos de interesses. Regulação de transparência. Data privacy e LGPP.

Trabalho de Conclusão de Curso (Optativo)

Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Estrutura do projeto de pesquisa. Importância e formulação do problema de pesquisa. o Problema de pesquisa e sua

delimitação. Objetivo geral e objetivos específicos. Referencial teórico apropriado para o problema de pesquisa. A metodologia da pesquisa. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Elaboração de um projeto de pesquisa. Normas para elaboração do Trabalho Monográfico. Normas para elaboração de Artigo Científico.

Corpo Docente

Núcleo do curso

Bruno Pinheiro Rodrigues

Advogado, professor especialista em Direito Constitucional, parecerista, consultor jurídico, palestrante e autor de obras jurídicas, incluindo o livro "Controle de constitucionalidade" pela Editora D'Plácido.

Carolina Martins

Advogada com atuação especializada na área de licitações e gestão de contratos administrativos, com sólida experiência na coordenação de equipes multidisciplinares voltadas à engenharia jurídica aplicada à contratação pública e privada.

Denise Vargas

Advogada com Formação Executiva em Direito e Compliance pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professora de graduação e pós-graduação na área jurídica.

Eduardo Guedes

Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Goiás, Mestre em Direito Trabalhista e Relações Sociais pela UDF, Pós Graduado em Direito e Processo do Trabalho e Docência Universitária pela Faculdade Damásio de Jesus.

Flaviano Nicodemos

Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2019). Possui graduação em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1996) e graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2006). Atualmente é auditor fiscal da Receita Federal do Brasil - Secretaria da Receita Federal do Brasil . Professor de Direito Previdenciário. Autor do livro Direito Previdenciário para Concursos.

Francion Santos da Silva

Assessor Jurídico da Procuradoria da República no Distrito Federal. Professor de Direito Constitucional, Lei Orgânica do Distrito Federal, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n. 8.112/1990), Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal (legislação específica para os cargos de técnico administrativo e analista judiciário

do concurso do TJDF), Regimento Interno do TJDF e Provimento Geral da Corregedoria do TJDF.

Gustavo Henrique Carneiro Requi

Advogado, professor especialista em Direito Processual e Procurador do Estado de Minas Gerais.

Isabelle Chehab

Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (PPGDA/UFG). Doutora e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza. Professora credenciada da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmece) e Formadora externa credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Membro do Conselho Editorial da Revista Themis.

João Paulo de Souza Oliveira

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e autor de diversas obras de Direito Previdenciário e de Direito do Trabalho pela editora Juspodivm.

Marco Antônio de Oliveira Lemos Júnior

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2021). Doutorando no Programa Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG. Tem experiência e formação na área de Direito, com ênfase em Direito Público, além da área de Tecnologia da Informação e gestão de sistemas de informática.

Maria Augusta Fernandes Justiniano

Advogada, mestra em Direito com concentração em Direito Agrário e professora atualmente com dedicação exclusiva ao ensino superior.

Nayron Toledo

Advogado, professor mestre em Direito e autor do livro "Inteligência Artificial e Direito: Veículos Autônomos: responsabilidade civil, impactos econômicos e desafios regulatórios no Brasil" pela editora Dialética.

Victor Carvalho Louzada

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2020) e Pós-Graduado em Direito Tributário pelo Instituto Goiano de Direito - IGD e em Direito Público pela Legale.

Cronograma

- ◆ Disponível no site do IGD
portaligd.com.br



Direito é aqui